


**SETA: DIAGNÓSTICOS
DA EDUCAÇÃO
ANTIRRACISTA
NO BRASIL**



PROJETO SETA
SISTEMA DE EDUCAÇÃO
POR UMA TRANSFORMAÇÃO
ANTIRRACISTA

act:onaid



A série SETA: diagnósticos da educação antirracista no Brasil é uma iniciativa do projeto SETA - Sistema de Educação para uma Transformação Antirracista que tem como missão desenvolver um ecossistema de educação pública antirracista para todas as pessoas, com base em políticas públicas e práticas institucionalizadas que promovam a equidade racial e reconheçam a diversidade como um valor essencial. Esperamos contribuir para que os sistemas de ensino tenham referências de experiências educacionais antirracistas positivas que os inspirem a caminhar rumo a implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico- Raciais e para o Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, do Ensino de História e Cultura Indígena, das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Escolar Indígena e das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Escolar Quilombola, garantindo, assim, um direito à educação de qualidade com equidade e justiça social e racial.

QUEM SOMOS

O projeto SETA - Sistema de Educação para uma Transformação Antirracista¹ é composto por uma aliança inovadora com sete organizações da sociedade civil nacional e internacional que terá como foco a construção de um Sistema de Educação Pública Antirracista no Brasil. Integram essa iniciativa: ActionAid², Ação Educativa³, Campanha Nacional pelo Direito à Educação⁴, Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos (CONAQ)⁵, Geledés - Instituto da Mulher Negra⁶, UNEafro Brasil⁷ e Makira- E'ta – Rede de Mulheres Indígenas do Estado do Amazonas⁸.

A estratégia do projeto SETA é baseada em abordagem e trabalho colaborativos de múltiplas partes interessadas. Assim, envolve ações com organizações da sociedade civil, Estado (executivo, judiciário e legislativo), mídia e secretarias municipais e estaduais de educação das cinco regiões do país.

O projeto SETA busca articulação intersetorial entre sociedade civil organizada, movimentos sociais, especialmente de juventudes, Estado e mídia, que leve a mudanças no imaginário social, incida no debate público e resulte em novas práticas sociais e no fortalecimento das políticas públicas educacionais - municipais, estaduais e federais de médio e longo prazo - comprometidas com a superação do racismo na educação brasileira. Com este trabalho que será realizado em parceria com órgãos da educação pública, esperamos gerar referências que inspirem a disseminação de boas práticas e culminem na reestruturação profunda deste ecossistema educacional em todo o país.

1 O nome do projeto representa a ambição por mudança e agilidade. Além do sentido de apontar uma direção, SETA também é uma palavra crioula e nas culturas negras e indígenas retoma a flecha, um importante símbolo de justiça.

2 A ActionAid é uma organização internacional que trabalha por justiça social, igualdade de gênero e pelo fim da pobreza. Fundada em 1972, está presente em 43 países, alcançando mais de 15 milhões de pessoas no mundo. No Brasil, desde 1999 atuou em mais de 2.4 mil comunidades e beneficiou mais de 300 mil pessoas. Trabalha em parceria com comunidades e organizações locais em projetos de educação, agroecologia e clima, igualdade de gênero e participação e democracia. Clique aqui para saber mais sobre os 20 anos de ActionAid no Brasil. In: <https://actionaid.org.br/sobre-nos/quem-somos/>

3 Fundada em 1994, a Ação Educativa é uma associação civil sem fins lucrativos que atua nos campos da educação, da cultura e da juventude, na perspectiva dos direitos humanos. In: <https://acaoeducativa.org.br>

4 A Campanha Nacional pelo Direito à Educação surgiu em 1999 e atualmente é considerada a articulação mais ampla e plural no campo da educação no Brasil, constituindo-se como uma rede que articula centenas de grupos e entidades distribuídas por todo o país, incluindo comunidades escolares; movimentos sociais; sindicatos; organizações não-governamentais nacionais e internacionais; grupos universitários, estudantes, juvenis e comunitários; além de milhares de cidadãos que acreditam na construção de um país justo, democrático e sustentável por meio da oferta de uma educação pública de qualidade. In: <https://campanha.org.br/quem-somos/a-campanha>

5 A CONAQ é uma organização de âmbito nacional, sem fins lucrativos que representa a grande maioria dos(as) quilombolas do Brasil. Surge não só para reivindicar soluções para os problemas nacionais, mas como movimento político organizado para contrapor as relações desiguais historicamente estabelecidas, em defesa dos direitos dos quilombolas. In: <http://conaq.org.br/nossa-historia/>

6 Geledés é uma organização da sociedade civil fundada em 30 de abril de 1988, que se posiciona em defesa de mulheres e negros por entender que esses dois segmentos sociais padecem de desvantagens e discriminações no acesso às oportunidades sociais em função do racismo e do sexismo vigente na sociedade brasileira. In: <https://www.geledes.org.br>

7 A UNEafro agrega militantes da causa negra, da luta antirracista, da causa das mulheres, da diversidade sexual e do combate a todos os tipos de discriminação e preconceito; da causa da Educação Popular e Libertária, da disseminação do protagonismo comunitário e da luta contra a exploração econômica e a dominação política. In: <https://uneafrobrasil.org/historia>

8 Makira-E'ta – Rede de Mulheres Indígenas do Estado do Amazonas: <https://pt-br.facebook.com/Makira-%C3%8Ata-Redede-Mulheres-Indigenas-do-Estado-do-Amazonas-523220114675870/about/>

VOLUME 1

CONTEXTO EDUCACIONAL ANTIRRACISTA⁹

Este documento iniciativa do Projeto SETA - Sistema de Educação para uma Transformação Antirracista observa a conjuntura educacional antirracista que se constrói a partir da perspectiva das experiências e produção de conhecimento elaborados pelas organizações parceiras, considerando os acúmulos e ainda as lacunas que precisam ser contemplados como premissas significativas na execução de propostas e ações para a movimentação deste sistema. Nesse sentido, apreciamos os marcos legais; as trajetórias da escolarização de crianças negras, essas com foco na pandemia; com atenção ainda à juventude negra e às dificuldades de acesso ao ensino superior, assim como os impactos referentes à Diretriz Curricular Quilombola; a observação dos marcos legais em impactos na Educação Indígena, em contraponto à Educação Escolar Indígena, e ao levantamento sobre as mudanças normativas relativas à educação e relações raciais desde a publicação dos Indicadores Relações Raciais na Escola (2013) e das reformas de estado ocorridas na educação a partir de 2016.

Diante deste contexto, é importante retomar que a Lei 10.639/03 modifica a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9.394/96), acrescentando a obrigatoriedade do ensino das Histórias e Culturas Africanas e Afro-Brasileiras. Assim, a Lei 10.639/03 é um marco legal na luta contra o racismo, principalmente para pessoas negras ativistas do Movimento Negro, no que se refere à construção de uma educação igualitária, efetivamente antirracista também em seus processos de ensinar e aprender para além das salas de aula e que entendemos que se estabelece, antes de tudo, como um campo de luta que afeta a muitos setores e componentes da educação.

Os marcos legais, de mesmo modo, contribuem para que seja formalizada a luta dos povos indígenas por uma educação não colonizadora, que seja na língua própria e que respeite os tempos, as culturas e ainda a formação específica para o exercício do magistério.

Outros marcos legais, sejam nacionais ou internacionais, trazem embasamento para que esses estudos sejam construídos, dentre os quais o Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8.069 e a Lei 9394/96 que trata das Diretrizes e Bases da Educação

Nacional. Inclui-se também o Estatuto da Igualdade Racial, que reforça a necessidade de ações afirmativa em sua seção sobre educação para a igualdade racial.

De mesma forma, o Estatuto da Juventude, Lei 12.852/2013, além de corroborar o direito à educação, traz recomendações para um processo escolar que respeite e garanta as línguas maternas e culturas de indígenas e outros povos tradicionais.

Consideramos que, a medida em que as organizações do Projeto SETA tensionam o campo ao partirem dos marcos legais para realização de seus estudos, também demonstram o quão próximo ou distante estamos e quais percursos e percalços temos que atravessar para chegarmos à educação antirracista como um bem universalizado em toda a sociedade brasileira.

Neste caminho, este relatório se debruça na análise sobre as ações realizadas por essas organizações em seus múltiplos caminhos que são a escola, o currículo, a gestão, a formação inicial e continuada e a aproximação com a comunidade escolar. Além disso, nos mantemos atentos ao que se faz necessário para construir e consolidar um sistema educacional antirracista, de modo que acesso, permanência e sucesso escolar contemplem os corpos que não aceitam mais serem discriminados, ao contrário. Ao reconhecermos a educação como um direito fundamental, ela nos provoca a levar em conta a equidade racial como um princípio e reconhece o racismo como um sistema de dominação a ser combatido. Quando falamos do sistema socioeducativo, precisamos observar que o percurso da escolarização de crianças negras está dentro de um contexto mais amplo em que pensamos como a vulnerabilidade e a invisibilidade destas são deliberadamente construídas.

O racismo coloca pessoas negras em desigualdade e de maneira singular no que se refere à educação.

Ao observarmos a escolarização específica de meninos negros, os estudos aqui apresentados colocam sob nossos olhos o quanto o racismo que estrutura a sociedade brasileira tem atingido esse grupo por morte,

dor, invisibilidade e desinteresse deliberadamente construídos pela negligência do Estado. Vivendo sob permanente estereótipo de criminalidade e de desajuste, os meninos negros são impedidos de vivenciarem plenamente o direito à educação, e que este direito seja realizado em espaços que os protejam da violência quer seja esta simbólica ou concreta.

Quando falamos do sistema socioeducativo, precisamos observar que o percurso da escolarização de crianças negras está dentro de um contexto mais amplo em que pensamos como a vulnerabilidade e a invisibilidade destas são deliberadamente construídas.

O que tem ficado evidente é que a maioria dos meninos, adolescentes e jovens negros vítimas da arma de fogo apresentam baixa escolaridade. A defasagem idade-série dos meninos negros se acentua a cada série, até que, no Ensino Médio, os estudantes do sexo masculino quase que desaparecem. Por exemplo, de acordo com material produzido pelo Departamento Geral de Ações Socioeducativas (DEGASE), 61% dos meninos estavam fora da escola no momento da apreensão.

Aumentando essa desigualdade, a pandemia do covid-19 também evidencia a situação de vulnerabilidade em se encontra a população negra brasileira: sem acesso regular à água e com moradias precárias, além da intensificação do desemprego e da falta de comida no prato. A necessidade de isolamento social como medida de prevenção da doença, sem intervenções governamentais eficientes, aprofundou os problemas, agravando de maneira significativa a vida das mulheres negras e, nesse bojo, a vida escolar das meninas negras.

Indo ao encontro desse problema, o projeto da organização Geledés - Instituto da Mulher Negra observa a situação escolar das meninas negras no estado de São Paulo em relação à pandemia e constata os muitos impactos negativos sofridos por elas, dentre os quais estão: menos acesso aos materiais pedagógicos e participação nas aulas três vezes menor do que de meninos brancos. A pesquisa nos leva a constatar o quanto o racismo e o sexismo aliados à pobreza são determinantes na trajetória escolar dessas meninas e, com isso, concluir que a escolarização das meninas negras, que leve em conta os impactos da pandemia, deve considerar posturas e práticas interseccionalizadas que contribuam para que ocorra o deslocamento dos lugares de exclusão vividos pelas meninas negras, e por suas famílias, para um espaço de libertação e engajamento (HOOKS, 2013).

Outro ponto importante que os estudos e pesquisas trazem é a contextualização sobre impacto da juventude negra e quilombola referente à Diretriz Curricular Quilombola. Quando falamos de quilombos, estamos entrando num universo de complexidades que são fundamentais para entendermos e reconhecemos os processos de resistência negra, ressignificação de território, reconstrução de sentidos, tanto culturais quanto políticos.

Os quilombos estão presentes na vida brasileira atual e clamam pelo fortalecimento de direitos, dentre os quais estão a garantia das pautas da juventude rural negra e afrodescendente e o direito à educação de qualidade. A educação quilombola está legalmente assentada na Lei 9.394/96 que define as Diretrizes e Bases da Educação Nacional e regulamentada pela Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica, Resolução CNE 08/2012.

A Educação Escolar Quilombola, no entanto, de acordo com estudos da CONAQ (CONAQ, 2020), vive realidades bem distantes da que a regulamenta, tais como: número insuficiente de escolas nos territórios e fechamento de algumas, redução do número de matrículas, formação docente ineficaz. Há problemas de infraestrutura e material didático inadequado para o trabalho com as diversidades e redução drástica do quantitativo dos estudantes do Ensino Fundamental II para o Médio, repercutindo diretamente na vida escolar da juventude quilombola. Este último aspecto também afeta a juventude negra, urbana e periférica que, de mesmo modo, tem seu acesso ao Ensino Superior embarreirado.

Na busca da transformação desse contexto, os cursinhos populares de pré-vestibular organizados pela UNEafro, que tiveram seu início nos anos de 1990, são uma ferramenta de luta para garantia desse direito, agregando a ela a bandeira contra o genocídio da juventude negra, uma vez que o "terror de Estado" é um dos causadores da "saída" da juventude negra, principalmente masculina, das escolas.

O trabalho da UNEafro, para além e com os núcleos, se desenvolve no engajamento de pautas antirracistas para acesso e permanência no Ensino Superior, o que envolveu desde a luta para isenção das taxas de matrículas para os vestibulares e hoje o ENEM, até a conquista da Lei de Cotas (Lei 12.711/12).

Quando se observa mais atentamente a questão dos povos indígenas, documento elaborado pela organização Makira-E'ta alerta para o fato de que, apesar de a escolarização indígena ser garantida por um conjunto de legislações que são elaboradas a partir da Constituição de 1988, são muitas as demandas que necessitam ser vencidas para que se efetive o seu direito. Há uma questão que precisa ser salientada no que se refere ao exercício da docência em escolas indígenas por pessoas que não passaram por processo de formação específica. Este fato acarreta não só o descumprimento dos direitos indígenas, mas, principalmente, a continuidade do processo de colonização e integração dos povos indígenas à sociedade nacional, considerando que o material didático utilizado nas escolas e nas aldeias (quando há este material) foi construído a partir dos olhares e conhecimentos ocidentais, reconhecidos nos livros didáticos, que excluem os reais processos de construção da sociedade brasileira, desencadeando o silenciamento dos conhecimentos e identidades tradicionais.

A ausência de formação do professor cria um perigoso círculo vicioso para os povos indígenas, por não possibilitar o rompimento de processos colonizadores e nem construir processos autônomos.

A construção de uma educação antirracista necessita do envolvimento de toda comunidade escolar e, nesse sentido, os Indicadores da Qualidade na Educação – Relações Raciais na Escola, elaborados pela Ação Educativa quer provocar o entendimento de que a qualidade na educação e a garantia desse direito estão intimamente ligadas a uma escola sem racismo e a um processo pedagógico antirracista. Sendo assim, não bastam as provas de avaliação de rede e seus resultados que, na verdade, mais desqualificam algumas escolas e afirmam um pensamento sobre educação vinculados aos ditames neoliberais em que o resultado sobrepõe o contexto e o processo.

O material busca também fornecer uma metodologia para que a comunidade escolar se avalie em relação às questões raciais e, para além disso, se envolva em um plano de ação participativo, para o campo pedagógico e para a gestão, com o objetivo de consolidar o antirracismo naquela comunidade escolar.

O documento *Pesquisa analítica para as relações étnico-raciais* (ACTIONAID, 2022) aponta que o Brasil teve algumas iniciativas no campo de financiamento da educação nos últimos quatro anos (2018-2021), mas a maioria não levou em consideração o fator cor/raça e áreas indígenas e quilombolas na distribuição dos recursos financeiros para os estados e municípios, de modo que as escolas dessas regiões e com maior quantitativo de estudantes negros e indígenas foram menos beneficiadas. “Pode-se dizer que a maioria dos programas do governo federal não considerou os índices de vulnerabilidade que incide sobre estudantes negros, matriculados na área urbana e rural, em especial os estudantes quilombolas e os estudantes indígenas” (ACTIONAID, 2022 p. 4).

Essa é uma demonstração do quanto este Estado não tem preocupações com a promoção da igualdade racial, considerando um atendimento que vise a melhoria das estruturas escolares, por exemplo. Não implementa uma política cujo olhar sobre as pessoas em vulnerabilidade, sobretudo crianças e adolescentes, não só as retire da exclusão, mas que, ao mesmo tempo, as fortaleça em suas diversidades.

Estamos diante de um projeto. Este é o alerta do estudo realizado pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação, em parceria com a ActionAid, intitulado *Não é uma crise, é um projeto: os efeitos das reformas de estado de 2016 a 2021 na educação*, em alusão ao pensador da educação brasileira Darcy Ribeiro, que denunciava que “a crise da educação no Brasil não é uma crise; é um ‘projeto’” (CAMPANHA, 2021, p.4).

Seguindo essa linha de reflexão trazida por Ribeiro, a Campanha trabalha no sentido de apresentar evidências de que as ações de governo retiram, deliberadamente, direitos dos mais pobres. Esses são os negros, os indígenas, sobretudo as mulheres.

Embora os anos de 2003 até 2015 tenham trazido melhoras na qualidade do investimento na educação, os cortes nas políticas sociais produziram uma redução naquele cenário que, desde 2018, já começa a apresentar a diminuição do número de matrículas de negros no curso superior. O fato é que, a partir 2016, com a chegada do presidente Michel Temer ao poder devido ao impeachment da presidenta Dilma Rousseff, série de medidas de austeridade retirou direitos da população, especialmente dos mais empobrecidos. Das medidas aprovadas, uma das mais graves é EC95/2016 de Teto dos Gastos que congela por 20 anos os gastos públicos federais.

Como andam, nesse contexto, as pesquisas que abordam temas das relações étnico-raciais nas universidades brasileiras e organizações do terceiro setor? A ActionAid realiza esse mapeamento, considerando o período de setembro de 2020 a agosto de 2021, trabalhando com o total de 493 pesquisas acadêmicas e 22 produzidas por organizações do terceiro setor. O Mapeamento de estudos e pesquisas com foco em educação e raça (ACTIONAID, 2021) nos ajuda a identificar o quanto que a temática de igualdade racial tem ocupado as reflexões e produções surgidas nesses universos. Partindo de uma das três linhas da temática que vão pensar o “ensino, raça e identidades”, “relações étnico-raciais e políticas” e “desigualdades e equidade racial” para mapeamento, os textos acadêmicos foram coletados na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, Catálogo de Teses e Dissertações, Google Acadêmico, Periódicos Capes e ScieLO.

O Mapeamento, em suas análises, observa que o principal documento nacional para a formulação do currículo, a Base Nacional Curricular Comum, traz uma lacuna que é a abordagem racial, a qual aparece esvaziada sob um conceito amplo de diversidade. A indicação para o trabalho com a Lei 10.639/03 nos conteúdos de Língua Portuguesa, Artes e História e de Ciências e Geografia pode ser avaliada como tímida e, de mesmo modo, a discussão sobre religiosidade, havendo ainda “alguns conceitos e termos que podem contribuir para uma compreensão errônea sobre a escravização no Brasil, bem como aspectos da História do continente africano” (ACTIONAID, 2021, p.29). Este é um estudo que deixa em alerta a dificuldade que o Brasil e os estados observados têm no sentido de promover a igualdade racial por meio da educação, mesmo apresentando legislações que asseguram esse direito. Este Mapeamento, por outro lado, contribui para identificarmos que, em relação à prática antirracista na escola, as iniciativas individuais existem e, embora não devam substituir o compromisso governamental, podem ser difundidas e estimuladas.

Este relatório, ao analisar os projetos das organizações, reitera o seu relevante papel para a luta na garantia da qualidade da educação a partir do antirracismo, seja em separado seja projetando suas ações num conjunto, de maneira a contribuir para uma efetiva mudança na cultura escolar, reduzindo as defasagens escolares que o racismo produz e também como agentes singulares neste momento específico de reabertura das escolas, em que se deve dedicar total atenção às crianças, adolescentes

e jovens desses grupos em tela, principalmente no que se dirige à evasão ou perda de aprendizado e possíveis gravidades sociais e psicológicas.



Faça o download da pesquisa completa aqui

VOLUME 2

EDUCAÇÃO E RAÇA¹⁰

Nos últimos anos, muitas pesquisas focadas no âmbito da educação pública foram lançadas por pesquisadores acadêmicos e por organizações do terceiro setor. Essas pesquisas têm diversos focos e diferentes recortes, sendo um deles, educação e raça. A partir desta premissa, esta pesquisa analisa publicações (pesquisas e estudos) nacionais sobre Educação e Raça realizadas no âmbito das instituições de ensino brasileiras, bem como organizações do terceiro setor, no período de setembro de 2020 a agosto de 2021, e tem por objetivo, além de mapear e analisar as publicações relacionadas ao tema educação e raça, indicar algumas lacunas de pesquisas sobre a referida temática. Ao todo, foram analisadas 493 publicações e 58 organizações não governamentais que publicaram 22 pesquisas relacionadas à temática.

Das 58 organizações não governamentais analisadas, 22 publicaram pesquisas, artigos e projetos vinculados a temática racial sobretudo no eixo “Desigualdades e Equidade Racial”, sinalizando, portanto, a importância da temática para o campo dos estudos raciais. Para além disto, evidencia e reforça as urgências das pautas de lutas das demandas sociais e políticas pensadas por diversas organizações oriundas dos movimentos sociais negros e não negros, há décadas produzindo pesquisas e relatórios que contribuem de forma expressiva e consolidada na construção de políticas públicas que utilizem como premissas a equidade racial como princípio, processo e resultado.

A pesquisa “Enfrentamento da cultura do fracasso escolar: reprovação, abandono e distorção idade-série” nos mostra que em 2019 mais de 2 milhões de estudantes foram reprovados no Brasil e mais de 6 milhões estavam em distorção idade-série. A publicação nos revela que esses estudantes são, em sua maioria, crianças e adolescentes negros(as) e indígenas ou com deficiências, e estão concentrados(as) nas regiões Norte e Nordeste do Brasil. É importante destacar que, se em 2019 a trajetória de escolarização de jovens e crianças negras, indígenas e quilombolas já apresentava números díspares de desigualdades em comparação com a juventude branca, os dados de 2020 descritos e analisados na publicação “Cenário da Exclusão Escolar

no Brasil: um alerta sobre os impactos da pandemia da covid-19 na Educação”, realizada em conjunto com a UNICEF revelam que **a pandemia da covid-19 afastou ainda mais da escola, crianças e adolescentes negros(as) e indígenas que são a maioria dentre os excluídos da escola durante o ano letivo de 2020.**

O Projeto Desigualdades ligado a cor/raça com a veiculação de um painel interativo sobre “Desigualdade de aprendizagem entre alunos brancos e negros”, lançado em 2021 pelo IEDE, e realizado por meio da plataforma online QEdu Gestão, nos traz **importantes dados sobre a situação de aprendizagem de estudantes negros(as) no ano final do ensino fundamental I e II, como, por exemplo, no 5º ano, na disciplina Língua Portuguesa, há 65,1% de estudantes brancos com aprendizado adequado; entre os estudantes negros, o percentual é de 40,3%. Um outro exemplo é referente à disciplina Matemática, no qual o desempenho dos estudantes, de forma geral, é pior, mas a diferença por cor/raça persiste: 55,8% dos estudantes brancos têm aprendizado adequado na disciplina contra 31,2% dos estudantes negros.**

As temáticas mais presentes nos artigos, dissertações e teses dos cinco eixos aqui detalhados são: “Educação e Relações Étnico-Raciais”, “Educação Indígena”, “Lei 10.639”, “Educação Antirracista” e, “Educação Quilombola” o que indica uma forte tendência acadêmica nas temáticas relacionadas acima.

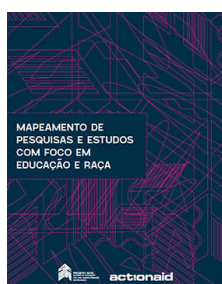
Por outro lado, os quatro eixos com menos de 2% das pesquisas mapeadas foram: “estudantes negros”, com sete publicações; “literatura indígena”, com cinco publicações; “docência negra”, com duas publicações e; “estudantes indígenas”, com uma publicação.

Esses dados nos revelam lacunas significativas em pesquisas sobre essas temáticas, por diversos enfoques, por exemplo, trajetória escolar e profissional de negros e indígenas, saúde emocional de estudantes negros e indígenas e; materiais didáticos e paradidáticos que abordem a cultura indígena. A partir desses dados, é possível dizer que as pesquisas com foco no sujeito negro e indígena e suas relações com a educação, seja ela formal ou não formal, ainda é um campo para ser estudado.

Um outro dado significativo apontado neste estudo revela a existência de uma lacuna no que se refere à produção de pesquisas realizadas na educação infantil e no ensino médio, visto que as pesquisas mapeadas não chegam a 5% das 493 catalogadas. E, esse dado é preocupante, pois evidencia que a primeira infância, em especial as infâncias negras e indígenas, não está recebendo as atenções necessárias de pesquisas acadêmicas ou, pelo menos, na mesma proporção que as investigações das outras etapas da educação básica.

As pesquisas mapeadas tendo como locus o ensino médio não chegam à 5%, o que nos revela um tímido interesse em analisar como ocorre as interações entre educação e raça nessa etapa da educação básica. Estas publicações se relacionaram, em sua maioria, com a implementação das Leis 10.639/03 e 11.645/08.

A leitura das análises das publicações deste relatório revela a importância da produção de dados estatísticos que, de forma interseccionada (raça/etnia, gênero, classe, idade, território etc.), podem ser analisados a fim de que as desigualdades raciais evidenciadas no campo da educação sejam cada vez mais consideradas como premissas importantes para a construção de uma educação antirracista baseada no compromisso com a equidade racial. Uma das estratégias do Projeto SETA - Sistema de Educação para uma Transformação Antirracista incide em promover a produção de evidências e pesquisas sobre educação antirracista por meio de investimentos em pesquisas que produzam dados estatísticos no campo da temática racial.



**Faça o download da
pesquisa completa aqui**

VOLUME 3

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA DE PESQUISAS ACADÊMICAS NACIONAIS¹¹

Nas últimas duas décadas, muitas pesquisas acadêmicas sobre educação e raça, com diversos focos e diferentes recortes, foram realizadas no Brasil. Este estudo traz uma pesquisa bibliográfica sobre a implementação das leis federais 10.639/2003 e 11.645/2008 e das diretrizes para a educação escolar quilombola e indígena, com o intuito de apresentar uma síntese do levantamento e análise dessas pesquisas para subsidiar o debate sobre a construção de políticas públicas que oportunizem uma educação antirracista nas escolas brasileiras.

O escopo da pesquisa bibliográfica são artigos acadêmicos, teses de doutorado e dissertações de mestrado sobre a implementação das leis federais 10.639/2003 e 11.645/2008, bem como das diretrizes para a educação escolar quilombola e indígena no ensino fundamental, publicados no período de janeiro de 2018 a dezembro de 2021 no Brasil.

As dissertações e teses foram pesquisadas a partir da base de dados da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). A escolha dessa fonte ocorreu por ser um portal online que reúne os textos completos das dissertações de mestrado e teses de doutorado defendidas em instituições brasileiras de ensino e pesquisa. Além disso, foram levantados artigos acadêmicos nos seguintes periódicos: Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores(as) Negros(as) (ABPN), ODEERE: *Revista do Programa de Pós-Graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade*, *Educar em Revista*, *Revista Educação e Políticas em Debate* e *Cadernos de Educação Básica (CEB)*. A pesquisa privilegiou artigos publicados em revistas acadêmicas de alcance nacional e que tenham como foco publicações na área de educação e relações étnico-raciais. Os periódicos *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores(as) Negros(as) (ABPN)* e *ODEERE: Revista do Programa de Pós-Graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade* foram escolhidas por terem como foco principal a publicação de artigos que falam da temática história e cultura africana e afro-brasileira, bem como da educação para as relações étnico-raciais.

A revista *Educar em Revista* foi selecionada por ser uma das revistas na área da educação com melhor índice no portal de avaliação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior do Ministério da Educação (CAPES). Os artigos publicados na *Revista Educação e Políticas em Debate* e no *Cadernos de Educação Básica (CEB)* foram escolhidos por serem revistas com publicações sobre a educação básica no Brasil.

Para a busca das publicações nas fontes de coleta de dados selecionadas, foram elencadas palavras-chave de acordo com os dois grupos de temáticas definidos: (Educação OR Ensino OR Escolar) AND Indígena), (Educação OR Ensino OR Escolar) AND 10639), (Educação OR Ensino OR Escolar) AND 11645), (Educação OR Ensino OR Escolar) AND Quilombola) e (Educação OR Ensino OR Escolar) AND Quilombo). A partir das palavras-chave elencadas na metodologia, inicialmente, foi possível identificar 690 pesquisas dentro do escopo delineado. A exclusão das pesquisas fora do escopo se deu mediante a leitura dos títulos e posterior leitura dos resumos.

A partir dos temas de interesse mencionados anteriormente, as publicações acadêmicas foram distribuídas em cinco eixos temáticos de acordo com a análise dos resumos e palavras-chave das pesquisas: práticas pedagógicas (127); políticas públicas (34); formação de docentes e gestores (16); materiais didáticos (12); e escola enquanto espaço de luta, resistência, memórias e fortalecimento identitário (5). Ressalta-se aqui que essa categorização em eixos temáticos é de caráter aproximativo de acordo com os conteúdos apresentados nos resumos das pesquisas, portanto, mostrou-se limitada para apreender a preocupação fundamental da totalidade dos trabalhos analisados.

No eixo temático **Escola enquanto espaço de luta, resistência, memórias e fortalecimento identitário** foram mapeadas cinco produções, sendo duas dissertações de mestrado e três teses de doutorado. Nas pesquisas classificadas nesse eixo, é possível apreender que a escola ocupa um lugar privilegiado

11 NGANGA, João Gabriel do Nascimento. Revisão bibliográfica sobre pesquisas acadêmicas nacionais sobre a implementação das leis federais 10.639/2003, 11.645/2008. Rio de Janeiro: ActionAid, 2021.

no sentido de ser um espaço de luta, resistência e garantia de direitos. Um exemplo é a movimentação que muitas comunidades fazem para garantir que os professores de suas escolas sejam professores das próprias comunidades ou de comunidades quilombolas próximas, de modo a assegurar que o currículo, o plano de ensino e o dia a dia da escola sejam concebidos por uma pessoa de dentro da comunidade (SILVA, 2019).

A partir da leitura das pesquisas foi possível identificar que a escola, enquanto um dos pilares para a existência da comunidade, também representa um espaço físico e simbólico de sua união e preservação. Na tese de doutorado da pesquisadora Moreira, se transcreve a fala de uma moradora de uma comunidade quilombola que afirma que a “a escola da comunidade representa o espelho da comunidade. Algumas comunidades como Aranha e Jejum não têm mais escola, aqui no Laranjal sem essa escola eu acho que acabava a comunidade” (MOREIRA, 2019).

As pesquisas também trazem a escola enquanto um ambiente de difusão das memórias para o fortalecimento identitário, no individual e no coletivo, que garante espaço para que os mais velhos da comunidade contem suas memórias, relatem suas vivências, contribuam com a construção da filosofia da escola, sendo essa ação concebida como um ato de aproximação e interação entre comunidade e escola (GONÇALVES, 2019).

No eixo temático **Formação de docentes e gestores** foram inseridas 16 pesquisas, sendo três artigos, dez dissertações de mestrado e três teses de doutorado. Os trabalhos acadêmicos reunidos neste eixo têm como foco central a discussão em torno da formação de professores e gestores escolares para a prática em escolas indígenas e quilombolas, bem como para a implementação das leis federais 10.639/03 e 11.645/08. As formações continuadas em muitos casos surgem de demandas, de lacunas formativas dos docentes e gestores, e, de acordo com as pesquisas catalogadas, a temática da educação para as relações étnico-raciais, que é base para uma educação antirracista, é uma lacuna ainda vigente na educação básica do Brasil (BENEVIDES DA SILVA, 2018; FERNANDES, 2018; OLIVEIRA JÚNIOR, 2018; TEXEIRA, 2019; OLIVEIRA, 2020). E essas lacunas, em muitos casos, são pautas de reivindicações de grupos, como quilombolas e indígenas que desejam uma educação que dialogue com o dia a dia de suas comunidades, ou movimentos sociais que entendam sobre a importância de uma educação diversa, múltipla e plural.

No processo de formação continuada, docentes e gestores/as escolares, que nunca tiveram ou tiveram pouco contato com a temática étnico-racial, têm a chance de se repensar enquanto profissionais da educação, bem como de rever suas condutas dentro e fora do espaço escolar. O(A) profissional da educação, seja docente, gestor(a), orientador(a) pedagógico(a) também deve “problematizar os seus discursos pedagógicos, pois, esses discursos podem, de maneira consciente ou inconsciente, reproduzir preconceitos e estereótipos ou abrir caminhos para a superação do racismo” (FERNANDES, 2018).

No eixo temático **Materiais Didáticos** foram mapeadas 12 produções, sendo seis artigos e seis dissertações de mestrado. Assim como nos outros eixos, neste as produções abordam mais de um tema relacionado à educação para as relações étnico-raciais, contudo, privilegiam o debate sobre como a temática da história e cultura africana e afro-brasileira está (ou não) sendo abordada pelos materiais didáticos utilizados na educação básica, em especial, no ensino fundamental.

A utilização de materiais didáticos no cotidiano da sala de aula ainda é um tema muito debatido em trabalhos acadêmicos, visto que o uso do livro didático em aulas das diversas disciplinas da educação básica ainda é algo constante e pesquisas relacionadas às formas em que a população negra e indígena estão/são representadas nestes materiais (ANTUNES; NOGUEIRA, 2018; MONTEIRO, 2018) também são recorrentes nas universidades.

O eixo temático **Políticas Públicas** agrupou 34 produções, sendo dez artigos, 17 dissertações de mestrado e sete teses de doutorado. Os trabalhos acadêmicos deste eixo, em sua maioria, trazem discussões que giram em torno de políticas públicas escolares, por exemplo, o currículo e, conseqüentemente, as formas que este se faz presente no cotidiano da escola, tal como no projeto político pedagógico e nos planos de aula/ensino. Um dado interessante comum em muitos trabalhos acadêmicos é a participação das comunidades quilombola e indígena, bem como de alguns movimentos sociais, em pensar um currículo que dialogue com as demandas e realidade local dos territórios em que as escolas estão inseridas (ALMEIDA, 2018; VIEIRA, 2018; CÂNDIDO DA SILVA, 2019; PEREIRA DE OLIVEIRA, 2019; MENDES SILVA, 2020; SANTANA, 2020).

Uma das reivindicações mais frequentes por parte das comunidades indígenas e quilombolas é o cumprimento das legislações vigentes, que são as diretrizes para educação escolar indígena e quilombola, uma vez que essas diretrizes foram construídas a partir das demandas dessas comunidades e com suas participações (CÂNDIDO DA SILVA, 2019).

Além disso, a implementação dessas diretrizes curriculares é a garantia de um currículo diferenciado, que dialogue com o cotidiano de vida dessas comunidades, em outras palavras, é preciso modificar a lógica pela qual o currículo é concebido, bem como a escolha de seus conteúdos e práticas (VIEIRA, 2018).

Dentre as 127 produções que foram inseridas no eixo temático **Práticas Pedagógicas**, 30 são artigos, 77 são dissertações de mestrado e 20 são teses de doutorado. Este eixo é o que mais apresenta produções acadêmicas que tratam de práticas pedagógicas na educação básica, em particular, no ensino fundamental. A busca pelo diálogo entre os saberes escolares e os saberes tradicionais é um tema muito refletido nas pesquisas (SANTOS, 2018; ARAÚJO, 2019; JESUS SILVA; SILVA-CASTRO, 2019; MONZILAR, 2019; NASCIMENTO SILVA; DE OLIVEIRA, 2020; ROSA, 2021), no qual os(as) pesquisadores argumentam a necessidade de se criar pontes que possibilitem que os diferentes e diversos saberes tradicionais também ocupem as salas de aulas. Foram várias as práticas pedagógicas encontradas que dialogam com a temática étnico-racial e o ensino fundamental, mas também foram apontados desafios que são enfrentados no dia a dia da educação para que o tema das relações étnico-raciais esteja presente de modo ativo e dinâmico e não apenas pontualmente.

No decorrer da revisão bibliográfica, foi possível identificar algumas lacunas relacionadas à implementação das leis federais 10.639/2003 e 11.645/2008, bem como das diretrizes para a educação escolar quilombola e indígena no ensino fundamental. Destaca-se a existência de poucos estudos sobre o papel do(a) gestor(a), seja secretário(a) municipal de educação ou diretor(a) escolar. Outra lacuna foi uma análise da Base Nacional Comum Curricular a partir da perspectiva das relações étnico-raciais, sendo essa reflexão muito importante, uma vez que essa base está pautando as elaborações de currículos estaduais e municipais.

Foi possível constatar a partir dessa revisão bibliográfica que as formações continuadas com professores(as) da educação básica para se discutir as diretrizes curriculares para educação das relações étnico-raciais, educação escolar quilombola e indígena é de suma importância e urgente. Isto se dá em função do fato de que serão essas formações que darão base para que os(as) professores(as) que estão no dia a dia das salas de aula apresentem práticas educativas antirracistas, bem como tenham a possibilidade de escolher materiais didáticos que dialoguem com outras perspectivas pedagógicas, ao mesmo tempo que sejam protagonistas da elaboração e da prática de um currículo em consonância com uma educação diversa, múltipla, plural, ou seja, uma educação antirracista.



Faça o download da
pesquisa completa aqui

VOLUME 4

DADOS DE APRENDIZAGEM NO BRASIL¹²

A análise relacionada aos dados de aprendizagem no Brasil tem como foco informações sobre matrícula, reprovação, atraso escolar (distorção idade-série) e abandono/evasão escolar, com recorte de raça/cor, sexo e localidade, considerando as modalidades de ensino fundamental (anos iniciais e finais) e ensino médio das redes municipal e estadual de ensino. Os dados devem ser analisados com cautela, visto que a pandemia impactou os indicadores, apresentando números muito atípicos. Tal análise foi elaborada considerando o cenário nacional, bem como o cenário estadual, mediante a verificação dos dados dos Estados da Bahia e Maranhão (região Nordeste) e dos Estados de Minas Gerais e São Paulo (região Sudeste), no período de 2018 a 2020. A coleta dos dados acima mencionados foi realizada nas Plataformas Trajetórias de Sucesso Escolar¹³ e QEdu¹⁴, que agrupam dados educacionais publicados no Censo Escolar, disponibilizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

Dados gerais:

- ▶ Em 2020, o Brasil tinha 28.438.125 estudantes matriculados no ensino fundamental e ensino médio de escolas públicas, sendo 14.522.982 homens e 13.915.143 mulheres.
- ▶ No período de 2018 a 2020, o número de matrículas de meninos é superior ao de meninas.
- ▶ Quase metade dos estudantes matriculados nos anos de 2018, 2019 e 2020 são negros/as (pretos/as) e pardos/as).
- ▶ 79,01% das matrículas estão situadas na área urbana e 20,99% na área rural.
- ▶ Em 2020, havia 202.883 estudantes matriculados em área quilombola, 103.844 em área indígena e 93.735 em área de assentamento.
- ▶ Em 2018, com exceção do estado de São Paulo, o número de estudantes negros/as (pretos/as e pardos/as) é maior nos estados do Maranhão, da Bahia e de Minas Gerais, respectivamente.

Distorção idade-série:

- ▶ No período de 2018 a 2020, o índice de estudantes negros/as (pretos/as) e pardos/as) em situação de distorção idade-série é 2,5 vezes maior, quando comparado com o de estudantes brancos/as).
- ▶ Nos anos de 2018, 2019 e 2020, do total de estudantes em situação de distorção idade-série, 60% são do sexo masculino.
- ▶ No período analisado, 2018 a 2020, do total de estudantes em situação de distorção idade-série, o maior índice foi no ensino fundamental – anos finais, com quase 45%.
- ▶ A Bahia é o estado com maior número de estudantes em situação de distorção idade-série, um total de 787.208 mil, sendo que desse total, 60% são negros/as (pretos/as) e pardos/as). Nos estados do Maranhão e de Minas Gerais, 61% dos estudantes em situação de distorção idade-série são negros/as (pretos/as) e pardos/as).
- ▶ Em 2018, do total de estudantes em situação de distorção idade-série, mais 60% são do sexo masculino, com exceção do estado da Bahia, que é 58,28%.
- ▶ Assim como em nível nacional, do total de estudantes em situação de distorção idade-série, o maior índice foi no ensino fundamental – anos finais, com mais de 40% no ano de 2018 nos estados analisados.
- ▶ Em 2019, o Maranhão é o estado com maior índice de estudantes negros/as (64%) em situação de distorção idade-série.
- ▶ Nos quatro estados analisados, o índice de estudantes em situação de distorção idade-série é maior entre os do sexo masculino.
- ▶ Do total de estudantes em situação de distorção idade-série, o maior índice foi no ensino fundamental – anos finais, com mais de 40% no ano de 2019 nos estados analisados.
- ▶ Do número de estudantes em situação de

12 NGANGA, João Gabriel do Nascimento. Dados de Aprendizagem no Brasil. Rio de Janeiro: ActionAid, 2021.

13

14

distorção idade-série, com exceção de São Paulo, em todos os outros estados analisados, o índice é maior entre estudantes negros(as) (pretos(as) e pardos(as)).

Taxa de abandono:

- ▶ No período de 2018 a 2020, o índice de estudantes negros(as) (pretos(as) e pardos(as)) em situação de abandono escolar é quase 2,5 vezes maior, quando comparado com o de estudantes brancos(as).
- ▶ Nos anos de 2018, 2019 e 2020, do total de estudantes em situação de abandono escolar, mais de 55% são do sexo masculino.
- ▶ Em 2018, a Bahia é o estado com maior número de estudantes em situação de abandono escolar, um total de 122.817 mil, sendo que desse total, 57,6% são negros(as) (pretos(as) e pardos(as)).
- ▶ Em 2018, os estados da Bahia e do Maranhão têm maior índice de abandono no ensino fundamental (anos finais), enquanto nos estados de Minas Gerais e São Paulo o índice é maior no ensino médio.
- ▶ Em 2019, nos estados de Minas Gerais e São Paulo o índice de abandono escolar é maior no ensino médio, enquanto na Bahia o índice está semelhante entre o ensino fundamental (anos finais) e ensino médio.
- ▶ Em 2020, no estado da Bahia o índice de abandono escolar ultrapassou os 50% no ensino fundamental (anos finais), enquanto esse número foi superado no ensino médio pelo estado de Minas Gerais.

Taxa de reprovação:

- ▶ No período de 2018 a 2020, o índice de estudantes negros(as) (pretos(as) e pardos(as)) em situação de reprovação escolar é maior que comparado ao de estudantes de outra cor/raça.
- ▶ Em 2020, os estados de Minas Gerais e São Paulo registraram maiores índices de reprovação escolar no ensino médio, enquanto o estado da Bahia registrou no ensino fundamental (anos finais). No estado do Maranhão o índice ficou semelhante entre o ensino médio e ensino fundamental (anos finais).

Distorção idade-série x matrícula:

- ▶ Observa-se que no período de 2018 a 2020, o número de estudantes negros(as) e indígenas em situação de distorção idade-série é maior que o índice total, assim como também é maior que o de estudantes brancos(as).
- ▶ No período de 2018 a 2020, o número de estudantes negros(as) e indígenas em situação de abandono escolar é maior que o índice total, assim como também é maior que o de estudantes brancos(as).
- ▶ No período de 2018 a 2020, o número de estudantes negros(as) e indígenas em situação de reprovação escolar é maior que o índice total, assim como também é maior que o de estudantes brancos(as).

O diagnóstico supracitado torna necessário e urgente um olhar atencioso por parte de gestores/as educacionais em todas as instâncias da educação pública para os desafios de garantia do direito à educação de qualidade com equidade.



Faça o download da pesquisa completa aqui





Realização:



act:onaid



Financiamento:

